

Giuditta Lo Russo. *Homens e pais: a obscura questão masculina.*
Tradução: João Paixão Netto. Coleção: Antropologia. São Paulo: Paulinas,
2001 (Edição original: *Uomini e padri: l'oscura questione maschile.* Roma:
Borla, 1995).

Prof. Dr. Afonso Maria Ligorio Soares

O instigante texto de Giuditta Lo Russo inaugura a coleção *Antropologia* de Paulinas Editora e assume o desafio de “abordar o problema da paternidade e do parentesco” levando “a discussão de tema tão complexo para fora dos muros do saber acadêmico”. Mais do que defender renhidamente seu ponto de vista, a autora – que é doutora em filosofia e leciona na universidade romana *La Sapienza* – aposta “na difusão crítica de problemáticas vitais e quase desconhecidas”; pois, as obras técnicas que deveriam acolhê-las acabam sendo por demais herméticas e nem chegam a levar em consideração “a maioria dos temas aqui tratados” (p. 5).

A autora destrinça o assunto em onze capítulos, assim intitulados: 01) O problema irrelevante; 02) Redefinição do problema; 03) O artifício do parentesco; 04) O sangue não é água; 05) O tio materno; 06) Aquele longínquo mundo diferente, chamado matriarcal; 07) A teoria de Lévi-Strauss; 08) O matrimônio, ou seja, a solução; 09) A construção social do pai; 10) Seu pai, seu marido, seu irmão; 11) Sua mãe, sua esposa, sua irmã.

Como se pode antever pelo sumário acima, trata-se de uma abordagem original do problema da paternidade. Lo Russo propõe-se a estudar a necessidade e a pluralidade das construções da figura paterna nas sociedades humanas. Segundo a autora, saber um pouco mais sobre as antigas culturas da paternidade pode ser altamente iluminador para a crise contemporânea da figura do pai. Para tanto, Lo Russo parte de um fenômeno típico das sociedades “primitivas” que desconhecem os fatos biológicos ligados à procriação: o papel ali desempenhado pelo *tio materno*. Ao mesmo tempo, a autora constata que a antropologia tem, até hoje, tratado como “irrelevante” tal

fenômeno. E se pergunta: “se o parentesco é ‘aquilo que o homem faz’ com os ‘fatos básicos da vida’ [e] se [estes] são antes de mais nada copulação e reprodução, como pode ser irrelevante para a compreensão do parentesco, na cultura primitiva, o fato de que, para *tal cultura*, copulação e reprodução sejam realidades independentes entre si, não ligadas por aquele nexo de causa-efeito que constitui o fundamento biológico da paternidade?” (p. 68).

Para a autora, “procurando entre ‘resíduos, sobras, lixo’, entre tudo aquilo que a ciência antropológica oficial repetidas vezes descartou (...) encontraremos uma chave que nos permitirá abrir muitas portas até agora trancadas...” (p. 14). Nesta empreita, além, evidentemente, da obra de Malinowski, Lo Russo é devedora do abundante material etnográfico recolhido e sistematizado por Edwin Sidney Hartland, que reconstruiu “um panorama o mais vasto e articulável possível das representações do fato procriador nas culturas arcaicas” (p. 16).

Os antropólogos, em geral, têm visto como concessão à permissividade o fato de antigas sociedades não insistirem no pai biológico da criança (O cap. 6 desnuda o equívoco de tal hipótese). A ocorrência da poliandria (mulher com vários homens), o *matrimônio grupal* ou a simples “infidelidade” das mulheres seriam a causa da impossibilidade de se reconhecer o pai biológico. Daí a insistência inicial de Lo Russo em comprovar a ignorância do papel reprodutivo masculino entre as culturas primitivas (cap. 1 e 2).

Uma vez assentada esta generalização, a autora propõe que lá onde a relação ato sexual-procriação é desconhecida, o homem precisa encontrar um lugar definido nos liames de parentesco (cap. 3) para fugir da exclusão do “fato central da vida” (p. 50). Aquilo que “os antropólogos, do *seu* ponto de vista, chamaram de ‘ignorância da paternidade’ (...) do ponto de vista dos primitivos, entendidos como sujeitos, (...) significa que *metade do gênero humano vive o seu estar no mundo como biologicamente não necessário*” (p. 46). Nesse caso, o pressuposto “problema da paternidade” consiste, mais precisamente, no “problema da *condição masculina ‘antes de’ ser descoberta a propriedade fecundante do esperma*” (p. 47). Por conseguinte, há um papel psicossocial da paternidade que precisa, de alguma forma, ser desempenhado (e, hoje, redescoberto). Em suma, Lo Russo defende que:

1) a noção da relação sexo-procriação não é inata em nenhuma sociedade ou cultura;

2) em todas as culturas se pode distinguir um “antes” e um “depois” da aquisição dessa noção;

3) daí decorre uma evolução da noção do papel masculino na procriação.

Como vai ficando claro ao longo do ensaio, ao estudar culturas “primitivas”, Lo Russo tem sempre um olhar voltado para a cultura moderna, em que o “pai biológico” (vide a recente Dolly e congêneres) é cada vez menos relevante. Parece, então, que, finalmente, o futuro alcançou o passado: evoluímos da ancestral ignorância do papel masculino para a sua atual irrelevância (cap. 4)¹.

Analisando a figura central do *tio materno* (cap. 5), com seu extraordinário poder na cultura arcaica, a autora descobre obscuras ligações entre poder, potência e impotência. Mesmo a religião entra aqui, sorratamente; pois, “para os indígenas, ‘um tio materno é como um deus’ (Lévi-Strauss)” e, em religiões como a da antiga Babilônia, “o nome de pai... era substituído pelo de tio. O deus é o tio (Van der Leeuw)”². Portanto, “aquele que, na sociedade patriarcal, será o indiscutível direito do *pai* vem bem antes do *pai*. É o direito dos homens, na origem do qual está a atávica preocupação masculina de estabelecer, *a todo o custo**, o controle sobre aquilo que o homem não tem, sobre aquilo que não é seu e não lhe pertence: os filhos e [principalmente] a capacidade de gerá-los (p. 97).

¹ Por associação de idéias, me vem à mente um episódio de há alguns anos: a certa altura de sua fala, uma teóloga feminista católica dizia mais ou menos o seguinte: “Para algumas feministas de hoje, a Virgem Maria passa a ser uma figura exemplar; pois, simboliza a mulher moderna, que não precisa mais do homem nem mesmo para engravidar”. É claro que um companheiro, ofendido, sempre poderá retrucar que “na hora de trocar o pneu do carro e de discutir com o síndico do prédio, acabou-se o discurso feminista”. Mas, não deixa de ser desolador constatar a que se reduziu o (risível) papel masculino do provedor.

² O próprio Lévi-Strauss, explica Lo Russo, “lembra a seguinte reconstituição da etimologia do nome ‘tio’ em algumas línguas românicas: ‘o grego *teios* se torna em italiano *zio*, em espanhol e em português, *tio*” (p. 86).

*A tradução, no meu entender, enfraquece a frase ao traduzir a expressão original por “de alguma forma” em vez de “a todo custo”.

Dessa forma, “a capacidade procriadora da mulher, muito antes de o macho descobrir e enfatizar a própria, deve de qualquer forma estar submetida ao controle masculino” (p. 97). Os filhos são propriedade do irmão da mãe. Em suma, segundo a autora, sociedades matrilineares não são *nunca* matriarcais. Ao menos, até hoje não se tem comprovação científica de sociedades primitivas *matriarcais* (cap. 6).

Para justificar sua tese, Lo Russo se faz ajudar por uma proposição de Lévi-Strauss (cap. 7). Para explicar a universal *proibição do incesto*, este autor sugere que o incesto é, simultaneamente, natural e cultural. Tal *regra* tornou possível a sociedade; pois, obrigou os grupos humanos a saírem de seus clãs consanguíneos (pp. 146-147).

Retomando criticamente a teoria de Lévi-Strauss (cap. 8), nossa autora sugere que o *matrimônio* é uma invenção que visa (re)colocar o homem dentro das fundamentais relações genético-procriativas. Portanto (cap. 9), deve-se sair do biológico porque, nesse nível, o macho permaneceria excluído, isolado e não necessário. Daí a *necessidade* de construir relações “artificiais” de tipo novo [o matrimônio] que o incluam “necessariamente”. O matrimônio tem, “principalmente, a função de ligar, social e legalmente, um homem ao grupo biológico mãe-filhos, estabelecendo assim o controle masculino sobre a maternidade” (p. 178). “A cultura intervém justamente para trazer simetria onde esta não existe” (p. 183), dando ao *pai* “por imitação e extensão, prerrogativas originariamente maternas” (p. 194).

O matrimônio é, assim, a regulamentação – feita pelo homem – da função de mãe na sociedade (cap. 10 e 11). Com isso, não será mais o macho a depender de mulher e prole para encontrar seu lugar no parentesco e na descendência, mas são mulheres e crianças que precisam dele, dada a necessidade dos mais fracos de serem protegidos pelo mais forte. Se se junta a isso, com Meillassoux, que “nada na natureza explica a divisão sexual do trabalho” (p. 212), ver-se-á que a única coisa *a mais* que *somente* a mulher pode fazer (parto e aleitamento) tornou-se a única que ela podia fazer, confinada às prendas domésticas. Além disso, o regime de reciprocidade instaurado pelo matrimônio nunca se realiza entre um homem e uma mulher, mas entre grupos de homens por intermédio de mulheres: serve para unir os homens por meiodas mulheres (p. 221).

Entretanto – e ainda que, hipoteticamente, se pudesse imaginar um esquema idêntico caso tivessem sido as mulheres a trocarem homens entre si – por que os fatos se passaram nessa ordem? Conforme nos sugere a autora, inspirando-se em citação de Tullio-Altan, deve-se ir em busca da “situação existencial problemática” (p. 231). A *situação [originária] masculina*, diante de sua incerta posição com respeito ao sistema genético de parentesco, explica três dados: a) o caráter *masculino* da solução; b) o sujeito *masculino* da intervenção e de toda regra e iniciativa; c) o êxito universalmente *masculino* e *patriarcal* de todo o processo de construção cultural (p. 232).

A obra de Giuditta Lo Russo abre com felicidade esta nova coleção de Paulinas. Vale-se de um ponto de partida original, que se sustenta na defesa muito bem fundamentada das teses principais. Como bônus extra, podemos usufruir de um contraponto enriquecedor nos costumeiros debates anti- e pró-feminismo; pois, a obra recoloca a questão em termos mais amplos e convida para a reflexão a outra metade interessada no assunto. Afinal, em que consiste e em que termos se deverá reconfigurar a identidade masculina (ou como quer que a denominemos) daqui por diante?

Acessível a um público de instrução média, dotada de alcance interdisciplinar (feminismo, teologia, antropologia, sociologia, etc.), a obra é oportuna e bem-vinda, sobretudo em uma editora que deseja privilegiar bons ensaios sobre a questão de gênero.

Afonso Maria Ligório Soares é assistente-doutor no Departamento de Teologia e Ciências da Religião da PUC-SP.